

**CONCIDADE
CONSELHO DA CIDADE DE CAMPINAS
ATA DA 61ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
03/02/2017**

Aos tres dias do mês de fevereiro de dois mil e dezesse, no Salão Vermelho, Paço Municipal, Campinas/SP, estiveram presentes os representantes das entidades titulares abaixo e convidados relacionados para participarem da sexagésima primeira Reunião Extraordinária do Conselho da Cidade de Campinas, conforme Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Município e enviado por e-mail a todos os conselheiros titulares e suplentes:

PRESIDENTE: ENGº CARLOS AUGUSTO SANTORO
SECRETÁRIA EXECUTIVA: MARIA CÉLIA MOURA MARTINS

**SEGMENTO – MOVIMENTOS SOCIAIS E POPULARES
ENTIDADES TITULARES**

MINHA CAMPINAS

TITULAR: André Luiz Bordignon
SUPLENTE: Claudia Helena de Oliveira

SOCIEDADE AMIGOS DO BAIRRO CIDADE SATÉLITE IRIS IV

TITULAR: Vanderlice Pereira da Silva

UMECC UNIÃO DE ENTIDADES CMUNITÁRIAS DE CAMPINAS

SUPLENTE: Ercindo Mariano Júnior

ASSOCIAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS E MORADORES DO VALE DAS GARÇAS

TITULAR: Marcelo Caneppele

**SEGMENTO EMPRESARIAIS COM ATUAÇÃO NA ÁREA DO
DESENVOLVIMENTO URBANO
ENTIDADES TITULARES**

CIESP – CENTRO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

SUPLENTE: Gilberto Vicente de Azevedo Junior

SINDUSCON – SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO COVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

TITULAR: Armando de Almeida Filho
SUPLENTE: Maria Rita S. de Paula Amoroso

HABICAMP – ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE HABITAÇÃO

SUPLENTE: WELTON NAHAS CURTI

**SEGMENTO PROFISSIONAIS COM ATUAÇÃO NA ÁREA DE
DESENVOLVIMENTO URBANO
ENTIDADES TITULARES**

ASSOCIAÇÃO CAMPINEIRA DE IMPRENSA

TITULAR: Roquemberg Oliveira Duarte

GRUPO PRÓ-URBE – GPU

TITULAR: Denis Roberto Castro Perez

SUPLENTE: Fábio Silveira Bernils

IAB INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL – NÚCLEO REGIONAL CAMPINAS

SUPLENTE: Douglas Ellwanger

SEGMENTO CONSELHOS MUNICIPAIS COM ATIVIDADES LIGADAS AO DESEN. URB.

CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMDEMA

TITULAR: João Luiz Portolan Alvão Minicelli

SUPLENTE: Carlos Alexandre da Silva

ORÇAMENTO CIDADÃO

TITULAR: Vânia Lando de Carvalho

CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPORTES

TITULAR: Walter Rocha Oliveira

SEGMENTO ENSINO SUPERIS, ACADÊMICO E DE PESQUISA

CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – RENATO ACHER

TITULAR: Jarbas Lopes Cardoso Junior

SEGMENTO ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ONGs

ASSOCIAÇÃO PROTETORA DA DIVERSIDADE DAS ESPÉCIES – PROESP

TITULAR: José Salomão Fernandes

SUPLENTE: Ernestina Gomes Oliveira

SEGMENTO INSTITUCIONAL – PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

GABINETE DO PREFEITO

TITULAR: Walquiria Sonati

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E CONTROLE

SUPLENTE: Igor Nogueira Camargo

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

TITULAR: Eduardo Gasparotto B. de Almeida Prado

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANO

TITULAR: Marcelo Cândido de Oliveira

SUPLENTE: Maria Conceição Silvério Pires

SUPLENTE: Márcio Rodrigo Barbutti

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

TITULAR: Guilherme Henrique Stroeder Martins

SECRETARIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEF. E MOBIL. REDUZIDA

TITULAR: Felipe Gonçalves da Silva

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE, MEIO AMBIENTE E DESEN. SUSTENTÁVEL

TITULAR: Sylvia Regina Domingues Teixeira

EMDEC – EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE CAMPINAS S/A

TITULAR: Clair Inácio de Sousa

SANASA – SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S/A.

SUPLENTE: Sandra Aparecida Rozan Camargo

SETEC – SERVIÇOS TÉCNICOS GERAIS

TITULAR: Marcell Badan Padilha

EQUIPE SMPU: Geralda Chagas e Irma Riul Sigola Tamiosso

CONDIDADOS:

Enide Mizue Takeda Penteado (CMDU E SMPU); João Roberto de Assunção (representante do vereador Zé Carlos); Reginaldo Ribeiro Pimentel (Panamby Incorp); Daniela Ghilardi (Deplan); Antonio Serra (Habicamp); Paulo Humberto de Souza Lima (CMTT); Pietro C. Aruto (ocupação Nelson Madela); Valcir Paulo Kobori (MPSP); Rover José R. Ribeiro (SMPU); Lucia Maria Gomes (Vipcooper Cooperativa Habitacional); Eleusina Freitas (DEMACAMP); Elzito Silva Peninha (Jd. Itaguaçu); Patricia Oliveira Lapa; Lucio Rodrigues (CMP); Artur Cersar Bertolini (EMDEC); Vereador Marcos Bernardelli; Giovana Gramoli (produtora rural); Eliane Ap. Stefani (Advogada); Mario Oscar Cencig (COMDEMA); Maria Venancio da Silva (Comunidade Italiana); Leoncio Menezes (CMDU); Sueli Ap. de Oliveira (Comunidade Itaguaçu); Claudio Roberto (Resgate Cambui); David Nery Rodrigues (Camara Municipal); Diogo Matosinho (Camara Municipal); Roverson Cardoso (Camara Municipal); Dominique N. Gogolevzkg (Minha Campinas); Carlos Alberto Zamboni (Camara Municipal); Marcela Moreira (Instituto Voz Ativa); Claudia Roberta; Martinho Caires; José Furtato (Campinas que queremos); Leandro Moreira Ramos (UNICAMP); Rubens Soares (Vereador); Diogo Aquino (Camra Municipal); Érica M. Pacheco (SMPU); Daniela Zacardi A. Camargo (SMPU); Augusto Pimentel (Pro Urbe); Rafael Moya (CONGEPa); Ailton F. Da Farmácia (vereador); Maria Zilda Braidá (Camara Municipal); Thais Venancio de Oliveira (comunidade Itayu); Ester V. de Oliveira (comunidade Itayu); Ronald Alexandre Giraldeli (representante da vereadora Mariana Conti); Andrea Struchel (SUDS); Carlos Alexandre Silva (COMDEMA); Daiana Ap. Souza (representante do vereador Romeu Santini); Simone Sousa (VI. Industrial); Adriano Souza (Camara Municipal); Marcelo Coelho Nisiela (Minha Campinas); Gustavo A. Cardoso (ITAXU); Daniele José Vicente (ITAXU); Vanessa Aguiar Pinheiro (representante do vereador Rubens do Gás); Marco Martins (representante do vereador Campos Filho); Rafaella Ribeiro (SMPU); Luis Gustavo de Oliveira (comunidade Itayu); Eduardo Coelho (Pro Urbe); Fidelis Asta (CMDU); Lucinene P. Conceição (comunidade Itayu); Ana Paula Rodrigues (comunidade Itayu); Giovana Leandra (comunidade Itayu); Célia Maria dos Santos (Ocupação Nelson Mandela); Patricia Ribeiro (Ocupação Nelson Mandela); Raul Roberto Souza (Ocupação Nelson Mandela); Ricardo Vinholes Ferreira (PRATEC); José dos Santos; Ana Paula Ayalla (Ocupação Nelson Mandela); João Verde (CMDU); Maria das Graça Gargantini (CONGEPa); Cleonice de Paula Pereira; Regina Marcia Tavares (CONDEPACC); Paulo Serafim Marques (Instituto Guilherme de Almeida); Jonas Neris de Sousa (CMC); Pedro Langella Testolino (Barão Geraldo); Fernando Menezes (vereador); Gislaine Ap. Silva (Comunidade Itayu); Cintia Zapparolli (SASP); Priscila Nicolau (Ocupação Nelson Mandela); Anita Saran (SMPU); Eunice Borges Silva (Ocupação Nelson Mandela); Joilton de Souza Santos (Ocupação Nelson Mandela); Ademir Viatti Ayalla (Ocupação Nelson Mandela); Marcelo Vinholes Ferreira (Pro Urbe).

PAUTA: Definição dos mecanismos para tomada de decisões da “ Revisão do Plano Diretor” referente ao cronograma da Câmara Temática de Participação Social.

Às 18h50, com o quórum regulamentar estabelecido, **o Senhor Presidente do CONCIDADE, e Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo** abriu a reunião agradecendo a presença de todos e em especial, o Promotor de Justiça, o Doutor Valcir Paulo Kobori, os senhores vereadores: Marcos Bernardelli, Ailton da Farmácia, Fernando Mendes e os representantes dos vereadores Zé Carlos, Vinicius Gratti, Paulo Haddad, Marina Conti.

Convidou para comporem a mesa: o Promotor Kobori, o senhor Presidente do CMDU, Fábio Bernils, o Presidente do COMDEMA, Carlos Alexandre Silva, o Presidente do CONGEAPA, Rafael Moya e o Vice-Presidente do CONCIDADE, João Minicelli.

O Presidente disse ter sido uma grata surpresa a presença do Senhor Promotor nessa reunião garantindo a solidez das orientações desde o início do processo de revisão do Plano Diretor.

Referindo-se ao documento assinado entre o Ministério Público e a Prefeitura Municipal disse que nele foi compactuado se vai ser criado um grupo de gestão de acompanhamento ou se vai ficar com o CONCIDADE.

A plenitude da lei diz que todas as entidades terão participação. Solicitou que os presidentes das entidades façam bom uso das informações, não ultrapassando os limites.

Explicou a situação atual do Plano Diretor de que na verdade já foi apresentado em oficinas no Salão Vermelho, em Barão Geraldo, no Campo Belo e até 10 de março vindouro pretende trazer a espinha dorsal, informando que já fizeram várias reuniões com as Secretarias envolvidas. O documento cita também que os vereadores se integrem nessas discussões desde o início dos trabalhos para que, na sua finalização, não haja alterações traumáticas. Esclareceu que se trata de um convite, não uma determinação.

Sugeriu para o Pleno do CONCIDADE que se manifestasse através de e-mails quanto à realização das reuniões, com relação a dia e horário. Esclareceu que nesta reunião, não seria votado nada.

Informou sobre o convite da Universidade Mackenzie, feita através do Professor André Laubenstein, dos debates que tratarão de temas referentes ao Plano Diretor, que ocorrerão nos dias 15 e 16 de março, das 19h00min às 22h30min nas dependências da Universidade.

Passou a palavra ao Senhor Promotor Kobori que cumprimentou a todos e agradeceu o convite do Senhor Secretário. Primeiramente esclareceu alguns pontos do documento que foi assinado no final de 2016. Que o prazo foi prorrogado para 30 de julho de 2017 porque entendeu ser temerário não conceder o prazo devido às eleições e à situação pela qual passou a Cidade. Sabe que o trabalho é grandioso, de muito fôlego e existem muitos interesses, até mesmo conflitantes em jogo. Com a dilação de prazo, pretende que seja mais adequado, com maior participação popular.

Quer deixar claro os pontos que minimamente deverão ser atendidos, tais como legislações específicas, cumprimento do Estatuto das Cidades, da Constituição Federal. Alguns casos decorrem pela experiência vivida, como por exemplo, leis declaradas inconstitucionais, o que não deverão acontecer.

Se se quiser segurança jurídica, deve-se começar do zero, do início, sem deixar pontas soltas.

Hoje existem muitos tipos de zoneamento e a população em geral não consegue entender. Deverá haver a integração da revisão do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS). Apesar do pouco tempo (cinco meses) ele acredita ter condições de exequibilidade.

A primeira decisão a ser tomada seria sobre a coordenação do processo de revisão do Plano Diretor que, pelo que determina o Ministério das Cidades em uma de suas Resoluções, diz que a condução do órgão colegiado tem que ter participação popular e pode ser o CONCIDADE ou não. Se o Município entender, por decisão do Prefeito e Secretários, poderá ser outro. E como já

foi anunciado pelo Presidente, o CONCIDADE será o condutor do processo. Alertando que a responsabilidade do CONCIDADE cresce e que nos próximos cinco meses irão trabalhar com toda sociedade, todos os estudos, diagnósticos, informações têm que ter ampla divulgação através da Internet, biblioteca, cópias impressas em vários locais para garantir a efetiva participação popular.

Por ocasião da revisão do Plano Diretor de 2006 tudo era novidade. Não houve grande participação popular, nas no mérito, no seu entendimento, não era de todo ruim. Deixou-se muita coisa a ser regulamentada por Lei Complementar que nunca veio. Logo, o Plano Diretor não se completou – não temos Plano Diretor.

Uma atenção que se deve dar é com relação à ampliação do Aeroporto de Viracopos, a consolidação da Região Metropolitana. Mede-se a situação de planejamento pela situação do trânsito: se o trânsito vai mal, o planejamento também .

O que se quer garantir é que o processo atenda à legislação Federal em dois aspectos: 1. Aspecto formal – por este aspecto, a participação popular e 2. Aspecto material, ou seja, o material produzido seja aplicável. Registro que essa será a sua postura durante os próximos cinco meses. Evidentemente tudo dependerá muito do gestor. A postura do atual Prefeito, até agora, tem sido adequada, democrática.

Como sugestão para a próxima reunião, deverá ser verificado se o regimento interno do CONCIDADE será utilizado. Sugiro que o atual seja utilizado para não haver atrasos, como no caso de se elaborar um novo. Sugiro também a nomeação de um Gerente de Projetos.

A população deve entender o Plano Diretor como uma pactuação entre benesses x sacrifícios. O Plano Diretor é uma coisa bem maior. Há-que se pensar em solidariedade Intergeracional – o que se planeja hoje vai gerar conseqüências para nossos filhos e netos. Agradeceu mais uma vez, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Com a palavra, o Senhor Presidente do CONGEAPA, o senhor Rafael Moya agradeceu por estar na mesa. Pontuou que sempre solicitou esclarecimentos à Secretaria de Planejamento, sem muitas respostas. Disse que o Plano Diretor de 2006 é pouco efetivo, os Planos Locais nem foram implementados. Disse que audiência pública é diferente de participação popular. Está preocupado com a extinção da SEPLAN. Disse ainda que deve ser prevista a construção de moradia popular no centro da cidade. O CONGEAPA se colocou à disposição para ajudar.

Com a palavra, o Senhor Presidente do COMDEMA, Carlos Alexandre após apresentar seu currículo lembrou que o COMDEMA já está fazendo o Plano Diretor há dois anos. Trata-se do Plano do Verde, de Educação Ambiental, Plano de Recursos Hídricos, que dão base ao Plano Diretor. Pontuou a necessidade de se ter uma legislação específica sobre as ecovilas. Defendeu a criação do Escritório de Planejamento.,

Em resposta ao questionado, o Presidente do CONCIDADE, Eng. Santoro disse que a junção operacional das Secretarias de Planejamento e de Urbanismo darão ganho de qualidade ao processo sendo que o seu quadro funcional é de 95% de efetivos.

Com a palavra, o presidente do CMDU, Fábio Bernils disse que, de acordo com o parágrafo único do artigo 174 da Lei Orgânica do Município o CMDU deve exarar o parecer sobre o projeto do Plano Diretor antes de o mesmo ser encaminhado à Câmara Municipal para votação. O CMDU e o CONCIDADE já vêm trabalhando em conjunto nas discussões sobre o Plano Diretor. Os instrumentos estabelecidos não podem ser simplesmente lançados no Plano Diretor, dependendo de regulamentação posterior. Fundamental será a mudança dentro do Plano Diretor, devendo formar um tripé: o primeiro, sobre o planejamento urbano, que deve ter uma governança comprometida; o segundo, a gestão do Plano deve ser dinâmica, não estática; e o terceiro tripé, deve haver participação popular nas discussões. Os conceitos devem ser incorporados ao Plano. Deve estar previsto no Plano também, a criação do Instituto de Planejamento.

O Presidente do CONCIDADE deixou claro então a sua posição de compromisso garantindo ampla participação da Câmara desde o início, contando com os vereadores que participarão das discussões desde já.

Com a palavra, a conselheira do CONCIDADE Cláudia, coordenadora da Câmara Temática de Participação Social, disse que a fala do Promotor foi novidade para ela. Informou que já houve duas reuniões da Câmara sob sua coordenação. O que ela quer saber é como vai se dar na prática a gestão do CONCIDADE. Quer saber também se o CONCIDADE propõe e a Prefeitura aprova (ou não) ou é o inverso. Outra questão, quer entender qual o novo papel do CONCIDADE. Em seguida, fez a apresentação.

Em resposta, o Senhor Presidente do CONCIDADE disse que o protagonismo é da Secretaria de Planejamento e Urbanismo que coordena o Plano Diretor com a participação das demais Secretarias. O CONCIDADE ou outro meio terá recursos como espaços, material, etc para desenvolvimento dos trabalhos em conjunto.

Diante de manifestações fora da ordem que poderiam desvirtuar a reunião de seus propósitos, o Promotor Kobori pediu serenidade e calma, ressaltando que estamos todos construindo um modelo novo – no que foi atendido.

Foi então, aberta a palavra aos presentes, com inscrições feitas pelo **Vice-Presidente do CONCIDADE Sr. João Minicelli**. Foi pedido a todos objetividade, clareza e concisão nas falas.

A primeira inscrita foi a Senhora **Regina Márcia** que estranhou a não participação do CONDEPACC ou o Conselho de Cultura junto ao CONCIDADE.

O Presidente do CONCIDADE se comprometeu a consultar o Secretário Municipal de Cultura sobre interesse na participação da sua Secretaria no CONCIDADE.

O conselheiro **Furtado** convidou o Presidente do CONCIDADE para participar das reuniões do Fórum da Cidade. Tem batido muito nesta tecla de que a metodologia, que é a participação popular. O prazo é muito curto e não será possível fazer um trabalho sério.

O conselheiro **Salomão** diz que a área urbana está totalmente destruída e que a zona rural deve ser preservada. É contrário ao aumento do perímetro urbano. Nunca ninguém fez alusão aos animais silvestres.

A Senhora **Marcela Moreira** reforçou a necessidade de aumentar os mecanismos de participação popular. Disse ser contra o aumento do perímetro urbano em Barão Geraldo.

A Senhora **Célia**, da Ocupação Nelson Mandela falou dos vazios urbanos, que deveriam ser utilizados como áreas de interesse social.

O Presidente do CONCIDADE respondeu que nenhuma área será esquecida.

A senhora **Taís Venâncio**, da Comunidade Taiyú disse que deve-se pensar em quem não tem acesso à Internet. Que deve-se pensar em moradias de interesse social.

O Vice-Presidente do COMDEMA, Senhor **Mário**, como morador de Barão Geraldo disse que em 2015 já houve reunião para discussão do Plano Diretor. Foi gerado um documento de diagnóstico que não entendeu. Quer fazer um pacto para conversar, quer os mapas e mais qualidade nos debates.

O Senhor **Walter**, conselheiro do CMTT defendeu o compartilhamento do Plano de Mobilidade Urbana. Disse ter sido oportuna a presença do Ministério Público e pediu ênfase para a utilização de outros meios de transporte.

A Conselheira **Ernestina** quer saber qual o papel do CONCIDADE. Os pré-requisitos são transparência, conhecimento, informação. Deve haver o empenho de todos os envolvidos. É fundamental o empenho do Poder Público. Temos que ter uma proposta para início de discussão. Foi apresentada uma proposta de cronograma e metodologia à Prefeitura e ao Ministério Público pelo Fórum Campinas e estamos aguardando uma resposta.

O **Senhor Presidente do CONCIDADE** disse estar sempre à disposição e convocou uma reunião para 2ª [feira às 17h00 no Salão Vermelho para acertar os procedimentos.

O Presidente do COMDEMA, Carlos Alexandre sugere que Tina traga as contribuições do Plano Diretor de Jundiá. Referiu-se à Ecovila como alternativa de construção na área rural.

O Conselheiro **André**, da Entidade Minha Campinas disse que está preocupado com o tamanho da responsabilidade a ser assumida pelo CONCIDADE. Colocou-se à disposição para ajudar no possível. Gostou muito da sugestão do Gerente de Projetos.

A Conselheira **Tereza**, da Entidade Resgate Cambui disse que em 2006 não teve acesso a documento algum. Ela quer saber se estava pronto. O jogo não estava claro, nem todas as cartas estavam na mesa. Solicitou o Caderno de Subsídios ao Plano Diretor ; a Lei de Uso e Ocupação do Solo e a Lei do Parcelamento do Solo.

O Promotor Kobori, referindo-se à Lei de Acesso à Informação (LAI) disse que a lei federal tem normas gerais e cada município tem a sua e pode ser revista. Solicitou foco.

O Senhor **Paulo** quer saber sobre os Planos Viários de Campinas pois eles têm que estar previstos no Plano Diretor. Os vazios urbanos dentro do perímetro urbano devem ser priorizados.

O Conselheiro **Walter**, do CMTT disse que o Plano de Mobilidade é para um horizonte de 25 anos, integrado ao Plano Diretor.

O Senhor **Zeinho do Campituba** alertou para o fato de a Rodovia Santos Dumont não estar no Plano Diretor. Desejou boa sorte a todos.

O Promotor Kobori solicitou licença ao Senhor Presidente do CONCIDADE para encerrar a reunião, que foi encerrada às 21h45min.

Não mais havendo a tratar, Enide Mizue Takeda Penteadó e Maria Célia Moura Martins lavraram a presente ata.

Obs. A íntegra da reunião está no vídeo disponibilizado na site da SEPLAN, CONSELHOS, CONCIDADE.